

# Política de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais

---

Última atualização realizada em 29 de fevereiro de 2024

A presente política de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais, elaborada nos termos do previsto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, adiante abreviadamente designado RGPD e da Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto que assegura a execução na ordem jurídica nacional do RGPD, é aplicável à recolha e ao tratamento dos dados pessoais fornecidos à **PARPÚBLICA Participações Públicas (SGPS) S.A.**, doravante abreviadamente designada por “**PARPÚBLICA**”, com sede na Rua de Santa Marta, n.º 55, n.º 5, em Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número único de matrícula e de pessoa coletiva 502 769 017, com o capital social de € 2 000 000 000,00 (do qual se encontra realizado o montante de € 1.960.471.134,48).

Esta política reveste-se de carácter geral, pelo que a informação nela contida poderá ser complementada, por outras políticas, de carácter mais específico no contexto do tratamento de determinados tipos de dados pessoais.

Ao aceder e utilizar este website, o utilizador declara ter lido, compreendido e aceite os termos e condições abaixo indicados e descritos, sem necessidade de qualquer outro ato ou consentimento posterior.

Os termos e condições poderão ser alterados em qualquer momento por decisão da **PARPÚBLICA**, considerando-se que as alterações entram em vigor a partir da data da sua colocação no website. O acesso e utilização posteriores do website da PARPÚBLICA pelo utilizador serão considerados um sinal de que o mesmo leu, compreendeu e aceitou os termos e condições alterados e atualizados.

## Definição de Dados Pessoais

Qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (titular dos dados) é considerada um dado pessoal. É identificável qualquer pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.

## Definição de Tratamento de Dados

Por tratamento de dados pessoais entende-se uma operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou conjuntos de dados pessoais, por meios autonomizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

## Categorias de Dados Tratados

Os dados pessoais fornecidos à **PARPÚBLICA** são tratados em conformidade com as disposições legalmente aplicáveis, pelo que são:

- i. Objeto de um tratamento lícito, leal e transparente em relação ao titular dos dados;
- ii. Recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não podendo ser tratados posteriormente de uma forma incompatível com essas finalidades;
- iii. Adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para as quais são tratados;
- iv. Exatos e atualizados sempre que necessário, adotando a **PARPÚBLICA** todas as medidas adequadas para que os dados inexatos sejam apagados ou retificados, sem demora;
- v. Conservados de uma forma que permita a identificação dos titulares dos dados apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais são tratados;
- vi. Tratados de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental.

A tabela a seguir apresenta as principais categorias de dados pessoais que a **PARPÚBLICA** poderá tratar:

CATEGORIA DE DADOS	EXEMPLOS
Dados de Identificação	Nome, fotografia, número de identificação civil
Dados de Contacto	Morada, e-mail, telefone
Dados de Faturação	NIF, montante cobrado, data, IBAN
Dados da Vida Familiar	Situação familiar, dados do agregado familiar, estado civil
Dados da Vida Profissional	CV, situação profissional, escolaridade, formação, distinções, diplomas
Dados de Ordem Financeira e Patrimonial	Vencimento, situação financeira, dados bancários, rendimentos, património
Dados de Tráfego e de Localização	Endereços IP, logs, identificadores dos terminais, identificadores de ligação, dados de data e hora, dados de GPS, GSM, pontos wi-fi
Dados de Navegação na Internet	IP cookies de sessão, cookies de utilizador, cookies de terceiros, dados de navegação, device fingerprinting, medição de acesso a sites e interação através de ferramentas analíticas e de monitorização

## Fundamentos e Finalidades do Tratamento dos Dados

A **PARPÚBLICA** procede ao tratamento de dados pessoais com os seguintes fundamentos e finalidades:

Fundamento Jurídico	Finalidades
Para execução de um contrato celebrado com o titular dos dados ou para a realização de diligências pré-contratuais a pedido do titular	Execução de contrato e diligências pré-contratuais Interesse legítimo do responsável pelo tratamento
Cumprimento de obrigações legais por parte da <b>PARPÚBLICA</b>	Cumprimento de obrigações legais e fiscais Reporte financeiro Prestação de informação e resposta a pedidos de entidades reguladoras Segurança e proteção de dados Segurança física e videovigilância Prevenção e combate à fraude
Satisfação de interesses legítimos da <b>PARPÚBLICA</b>	Gestão de contactos Produção de informação de controlo e gestão Gestão de processos em contencioso Avaliação de subcontratantes Melhoria e monitorização da qualidade de serviço Gestão do risco operacional Controlo da segurança de informação
Consentimento	Utilização de cookies no website da <b>PARPÚBLICA</b>

## Prazos de Conservação e Tratamento dos Dados Pessoais

A **PARPÚBLICA** tratará e conservará somente os dados pessoais para as finalidades suprarreferidas apenas durante o período que se revele necessário ou obrigatório ao cumprimento dessas finalidades, aplicando um critério de retenção dos dados pessoais apropriados a cada tratamento, e em linha com as obrigações legais e regulamentares a que está sujeita.

Depois de decorrido o respetivo período de conservação, a **PARPÚBLICA** eliminará ou anonimizará os dados pessoais, sempre que os mesmos não devam ser conservados para finalidade distinta que possa subsistir.

A **PARPÚBLICA** poderá manter os dados pessoais por períodos superiores à duração da relação contratual, seja com base no consentimento dos respetivos titulares, seja para assegurar direitos ou deveres relacionados com o contrato, seja ainda porque tem interesses legítimos que o fundamentam, mas sempre pelo período estritamente necessário à realização das respetivas finalidades e de acordo com as orientações e decisões da Comissão Nacional da Proteção de Dados (CNPd).

<b>Finalidade</b>	<b>Tempo de Conservação</b>
Gestão contratual	Até ao termo de cinco anos após o fim da relação contratual. A <b>PARPÚBLICA</b> poderá manter os dados por períodos superiores, com base no consentimento do respetivo titular.
Obrigações legais, fiscais ou regulamentares	Prazos legais de prescrição e de caducidade associados às obrigações legais, fiscais ou regulamentares. Prazos legais de obrigatoriedade de conservação de documentos.

## Comunicação de Dados Pessoais

A **PARPÚBLICA**, no cumprimento das obrigações a que se encontra sujeita, poderá ter de comunicar os dados pessoais ou dar acesso aos mesmos a outras entidades para que estas os tratem, em seu nome e por sua conta. Nestes casos, a **PARPÚBLICA** adotará as medidas contratuais necessárias para garantir que os subcontratantes respeitam e protegem os dados

dados pessoais transmitidos, nos termos exigidos pelo Regulamento UE 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

Os dados pessoais podem também ser transmitidos a terceiros – entidades distintas da **PARPÚBLICA** ou dos subcontratantes – como, por exemplo, empresas com quem a **PARPÚBLICA** desenvolva parcerias, no caso de o titular ter consentido – ou entidades a quem os dados tenham de ser comunicados por força da lei, como a Autoridade Tributária ou a Comissão de Mercado dos Valores Mobiliários.

A **PARPÚBLICA** apenas transmitirá os dados pessoais às seguintes categorias de destinatários:

- i. Empresas pertencentes ao mesmo grupo;
- ii. Entidades e autoridades a quem os dados pessoais devam ser comunicados por força de obrigação legal (como, por exemplo, Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, Autoridade Tributária, tribunais e autoridades policiais);
- iii. Subcontratantes da **PARPÚBLICA** (por exemplo, prestadores de serviços).

## Decisões Individuais Automatizadas e Segmentação

A **PARPÚBLICA** não toma decisões individuais automatizadas com base na segmentação de dados pessoais.

## Direitos do Titular dos Dados Pessoais

No que diz respeito ao tratamento de dados pessoais, o seu titular goza dos seguintes direitos:

### i. Direito de acesso

Sempre que o titular solicitar, pode obter confirmação sobre se os seus dados pessoais são tratados pela **PARPÚBLICA**. O titular pode ainda aceder aos seus dados pessoais, bem como a obter as seguintes informações:

- a) As finalidades para as quais os seus dados pessoais são tratados;
- b) O tipo de dados pessoais que são tratados;
- c) As entidades a quem os seus dados pessoais podem ser comunicados;
- d) O prazo de conservação dos seus dados ou, se tal não for possível, os critérios para fixar esse prazo;
- e) Os direitos de que goza em relação ao tratamento dos seus dados pessoais;

- f) Se os dados pessoais não tiverem sido recolhidos junto de si, informações sobre a sua origem e tipo de dados em questão.

## ii. Direito de retificação

Sempre que considerar que os seus dados pessoais (dados pessoais objetivos fornecidos por si) estão incompletos ou incorretos, o respetivo titular pode solicitar a sua retificação ou que os mesmos sejam completados.

## iii. Direito ao apagamento dos dados ou “direito a ser esquecido”

O titular tem o direito de obter o apagamento dos seus dados pessoais, desde que não se verifiquem fundamentos válidos para a sua conservação.

O titular poderá assim, solicitar o apagamento dos seus dados pessoais nos seguintes casos:

- a) Quando os dados pessoais deixarem de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento;
- b) Retirada do consentimento que fundamentou o tratamento de dados;
- c) Quando o titular manifestar expressa oposição ao tratamento dos seus dados e não prevaleça interesse legítimo da **PARPÚBLICA** que fundamente a continuação do tratamento de dados.

A **PARPÚBLICA** está, no entanto, sujeita a várias obrigações legais e regulamentares, o que poderá limitar o direito ao apagamento dos seus dados pessoais, nas seguintes situações:

- a) Exercício de liberdade de expressão e de informação;
- b) Cumprimento de obrigação legal que exija o tratamento e que se aplique à **PARPÚBLICA**;
- c) Motivos de interesse público no domínio da saúde pública;
- d) Fins de arquivo de interesse público, fins de investigação científica ou histórica ou fins estatísticos, na medida em que o exercício do direito ao apagamento prejudique gravemente a obtenção dos objetivos desse tratamento;
- e) Declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.

## iv. Direito à limitação do tratamento

O direito a solicitar a limitação do tratamento dos seus dados pessoais permite ao titular solicitar à **PARPÚBLICA** que restrinja o âmbito de acesso e tratamento dos seus dados pessoais ou que suspenda as atividades de tratamento.

O titular pode requerer a limitação do tratamento dos seus dados pessoais nos seguintes casos:

- a) Se contestar a exatidão dos seus dados pessoais, durante o período que permita à **PARPÚBLICA** verificar a sua exatidão;
- b) Se a **PARPÚBLICA** não necessitar mais dos dados pessoais para fins de tratamento, mas se esses dados forem necessários para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial;
- c) Se tiver apresentado oposição ao tratamento, até que se verifique que os interesses legítimos da **PARPÚBLICA** prevalecem sobre os seus.

O titular pode solicitar a suspensão do tratamento ou a limitação do âmbito do tratamento a certas categorias de dados ou finalidades de tratamento.

#### v. Direito à portabilidade

O titular poderá solicitar à **PARPÚBLICA** a entrega, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, dos dados pessoais por si fornecidos. Tem ainda o direito de pedir que a **PARPÚBLICA** transmita esses dados a outro responsável pelo tratamento, desde que tal seja tecnicamente possível.

O direito à portabilidade é apenas aplicável nos seguintes casos:

- a) Quando o tratamento se basear no consentimento expresso ou na execução de um contrato;
- b) Quando o tratamento em causa for realizado por meios automatizados.

#### vi. Direito de oposição

O titular tem o direito, a qualquer momento, de se opor ao tratamento dos seus dados pessoais, por motivos relacionados com a sua situação particular, nas seguintes situações:

- a) Quando o tratamento dos dados se basear no interesse legítimo da **PARPÚBLICA**;
- b) Quando o tratamento dos dados for realizado para fins diversos daqueles para os quais foram recolhidos, mas que sejam compatíveis com os mesmos.

Nestes casos, a **PARPÚBLICA** deixa de tratar os dados pessoais, a não ser que tenha razões legítimas para realizar esse tratamento e que estas prevaleçam sobre os interesses dos respetivos titulares.

#### vii. Direito a não ficar sujeito a decisões individuais exclusivamente automatizadas

A PARPÚBLICA não tomará decisões que afetem o titular dos dados pessoais com base em processos exclusivamente automatizadas.

#### viii. Direito a retirar o consentimento

O titular poderá retirar o consentimento, a qualquer momento, nos casos em que o tratamento dos dados seja feito com base no seu consentimento.

No caso de retirar o consentimento, os dados pessoais deixarão de ser tratados, exceto se existir outro fundamento, como o contrato, obrigações legais e regulamentares ou o interesse legítimo da PARPÚBLICA, que justifique esse tratamento.

#### ix. Direito a apresentar reclamações junto da autoridade de controlo

Se o titular pretender apresentar alguma reclamação relativamente a matérias relacionadas com o tratamento dos seus dados pessoais poderá fazê-lo junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados, autoridade de controlo competente em Portugal. Para mais informações sobre a Comissão Nacional de Proteção de Dados, aceda a [www.cnpd.pt](http://www.cnpd.pt).

### Exercício dos Direitos

O exercício pelo titular dos dados pessoais dos direitos acima indicados é gratuito, a menos que o pedido seja manifestamente infundado ou excessivo, podendo, nesses casos, ser cobrada uma taxa razoável considerados os custos associados.

A resposta aos pedidos dos titulares dos dados pessoais deverá ser prestada num prazo máximo de um mês, a não ser que se trate de um pedido especialmente complexo, caso em que esse prazo poderá ser mais longo.

Em caso de questões relacionadas com o tratamento dos seus dados pessoais, ou com o exercício dos seus direitos, poderá contactar a **PARPÚBLICA** através dos seguintes endereços:

Email: [epd@parpublica.pt](mailto:epd@parpublica.pt)

Correio: Parpública Participações Públicas (SGPS) S.A. à atenção do Encarregado da Proteção de Dados, Rua de Santa Marta, n.º 55, 5.º andar, 1150-249 Lisboa

## Recolha Indireta de Dados Pessoais

Em determinadas circunstâncias, a **PARPÚBLICA** poderá recolher os dados pessoais através de terceiros. Nestes casos, a entidade em causa prestará ao titular, no primeiro contacto, a informação necessária relativa à proteção e tratamento dos seus dados pessoais.

## Segurança dos Dados Pessoais

A **PARPÚBLICA** adota as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os dados pessoais contra a sua perda, destruição ou danificação, acidental ou ilícita, bem como para assegurar que os dados facultados sejam protegidos contra o acesso ou utilização por parte de terceiros não autorizados.

## Cookies

A **PARPÚBLICA** utiliza cookies no seu *site* para melhorar a experiência do utilizador permitir realizar determinadas operações de forma segura. Para mais informações, consulte por favor a informação respeitante à Política de Cookies.

## Direitos de Autor

O conteúdo deste site é da propriedade da **PARPÚBLICA**, estando o mesmo protegido pela legislação nacional e internacional de proteção da propriedade intelectual, nomeadamente de direitos de autor e direitos conexos. Deste modo, é expressamente proibida qualquer cópia, reprodução, difusão, utilização, venda, modificação, ou qualquer outro uso, quaisquer que sejam os meios utilizados. Excetuam-se os usos livres autorizados por lei, nomeadamente o direito de citação, desde que identificada a sua origem.

## Declaração de Exoneração de Responsabilidade

A **PARPÚBLICA** gere este site com o intuito de proporcionar o acesso do público à informação sobre as suas atividades, sendo que todos os dados são divulgados apenas a título de informação. Pese embora sejam envidados todos os esforços para que a informação divulgada seja atualizada e rigorosa, procurando-se corrigir todos os erros que forem comunicados, a **PARPÚBLICA** não assume qualquer responsabilidade relativamente à informação contida neste site, nem relativa à utilização dos dados e informações divulgados. A utilização dos dados e da informação divulgados é efetuada por conta e risco do utilizador.

O site da **PARPÚBLICA** poderá conter ligações para sítios externos sobre os quais a **PARPÚBLICA** não tem qualquer controlo e pelos quais não assume qualquer responsabilidade.

É objetivo deste site minimizar os inconvenientes causados por erros técnicos. Todavia, determinados dados ou informações constantes do nosso sítio podem ter sido criados ou estruturados em ficheiros ou formatos não isentos de erros, pelo que não podemos garantir a não interrupção ou a não perturbação do serviço devido a tais problemas. A **PARPÚBLICA** declina qualquer responsabilidade por eventuais problemas que surjam na sequência da consulta deste site ou de quaisquer sítios externos para os quais ele remete, não podendo ser responsabilizada por problemas de natureza técnica de qualquer tipo, que afetem a transmissão do site

A **PARPÚBLICA** reserva-se o direito de modificar e de interromper, de forma temporária ou permanente, a totalidade ou parte do site, sem qualquer notificação prévia, não podendo em quaisquer circunstâncias, ser responsabilizada pelo utilizador ou por terceiros por quaisquer alterações do site ou pela sua interrupção, suspensão ou remoção.

## Utilização Indevida

Qualquer tentativa de alteração do conteúdo deste site ou carregamento de informações será punida, nos termos da legislação em vigor.